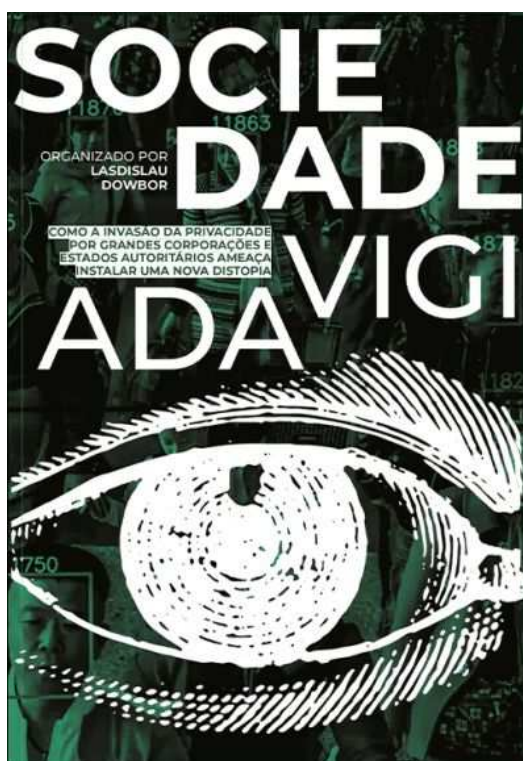


RESENHA

DOWBOR, Ladislau (Org). **Sociedade vigiada**: como a invasão da privacidade por grandes corporações e estados autoritários ameaça instalar uma nova distopia. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 172 páginas.

Sociedade vigiada: quando a vida imita a arte distópica

JOSÉ RUBENS MASCARENHAS DE ALMEIDA*



Organizada pelo economista Ladislau Dowbor, esta obra coletiva foi publicada em 2020, pela Editora Autonomia Literária. Composta por seis capítulos

que versam sobre usos e abusos da tecnologia na sociedade atual, escritos por diversos pesquisadores, reunidos pelo organizador, que expõem resultados de pesquisas de pós-graduação em Administração, Economia e Direito.

Abordando o uso da tecnologia na vigilância social, os autores traçam um panorama a partir do problema da privacidade – entendida como direito humano –, na perspectiva jurídico-constitucional, evidenciando, nas entrelinhas de cada capítulo, uma preocupação com a manipulação dos dados por parte de quem deles se apropria (criminosos, corporações e mesmo o Estado) e com a situação de vulnerabilidade a que os indivíduos estão assujeitados e as susceptibilidades dessa condição.

Nessa perspectiva, analisa desde a regulação jurídico-social do campo informacional, tendo o cenário internacional por parâmetro, abordando



* **JOSÉ RUBENS MASCARENHAS DE ALMEIDA** é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pós-doutor pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Atualmente é Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: rubens.mascarenhas@uesb.edu.br

desde Estados Unidos, União Europeia e o Brasil, para se compreender o cenário brasileiro, tanto na esfera privada quanto na pública, dando conta (como versado no último capítulo da obra), da batalha mundial em torno do controle da economia da informação, característica marcante da vigilância social.

Atenta aos perigos que o domínio das informações traz, principalmente para a esfera política da sociedade, alertam os autores para os perigos à democracia oferecidos pelo controle de *Big Data's*, (conjuntos de informações grande demais para serem analisados por sistemas tradicionais, capazes mesmo de mapear personalidades e gostos individuais e sociais, modos de consumo, desejos, preferências de leitura, políticas, sexuais, religiosas, etc.). Tais conjuntos de informações compõem cadeias de dados que, ao serem alimentadas, traçam perfis que, às vezes, nem mesmo os perscrutados conseguem apreender de si próprios. Analisados por algoritmos capazes de desenhar estratégias digitais, tais tecnologias são verdadeiros vigilantes aleatórios que espreitam cada movimento, postagem, curtida, com vistas ao mapeamento individual e coletivo de sujeitos sociais. Ao se pagar o cartão de crédito ou adquirir medicamento, tais informações são capturadas, cruzadas e sistematicamente armazenadas por parte de interessados que tiram proveito disso. Simples dados fornecidos ao se abrir uma conta num banco ou preencher uma ficha de crediário, ao darmos entrada em prontos-socorros ou mesmo alimentar redes

sociais são cobiçados por indivíduos (que se apropriam de tais informações para oferecerem na *Deep Web*), corporações (bancos, planos de saúde, por exemplo) ou mesmo pelo Estado (que as usa na manutenção do controle da população).

Produzimos, em profusão e quase sempre de forma involuntária e sem que nos demos conta disso, informações coletáveis a partir de diversas origens e proporções. Ao se sair às ruas, cada passo do indivíduo é vigiado por câmeras públicas e privadas, a capturar imagens e movimentos, num patamar que Huxley e Orwell não teriam conseguido imaginar quando escreveram suas obras distópicas; o displicente uso de bilhetes de transportes públicos por cartões recarregáveis, dirigir um automóvel ou utilizar as redes de bicicletas públicas, produzem dados sobre deslocamentos e trajetos; usar telefonia móvel fornece geolocalização. Nos espaços privados também ninguém está a salvo de produzir informações sobre si mesmo. Singelos medidores de eletricidade residencial informam hábitos; a Internet das Coisas, silenciosamente dá pistas de preferências, colhendo dados sobre hábitos e consumo; controles biométricos fornecem dados fiscais e de saúde, entre outros. De tal forma, esse carrossel atinge não só indivíduos, mas grandes corporações e até chefes de Estado, como revelaram os episódios da invasão de computadores da Petrobras¹ e da exposição das conversas privadas entre Angela Merkel e Dilma Rousseff². Para os autores da obra, usos e abusos da tecnologia e seus impressionantes

¹ Ver, a respeito, “Petrobras foi alvo de espionagem de agência dos EUA, aponta documento”. G1, 08/09/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/petrobras-foi-alvo-de-espionagem-de-agencia-dos-eua-aponta-documento.html> e acessado em 24/02/2021.

² A respeito ver “Memória: espionagem da NSA deixou Dilma e Merkel vigiadas”. O Globo, 23/06/2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/memoria-espionagem-da-nsa-deixou-dilma-merkel-vigiadas-1-16535142> e acessado em 24/02/2021.

avanços, cuja realidade não foi acompanhada por antídotos que garantissem direitos individuais e coletivos. Trata-se de informações que, nessa sociedade de consumo foi tornada um bem de valor estratégico e, por isto, uma mercadoria cobiçada.

Destacam-se nesse processo de coleta, manipulação e apropriação indivíduos, instituições e grandes corporações, como *Facebook, Google, Microsoft, Apple e Amazon*, entre outras, detentoras e usuárias de grande fluxo de informações que capturam, guardam, sistematizam e distribuem, verdadeiras caixas-pretas da manipulação de dados, não oferecendo nenhuma garantia de confidencialidade real, mesmo porque esta, efetivamente, não existe. A fragilidade dessa “guarda” de dados é perceptível nos contínuos vazamentos cotidianamente noticiados³.

A obra brinda os leitores com uma linguagem didática, acessível mesmo àquele/a que não possua aproximação com o tema, oferecendo informações, instrumentos práticos e ferramentas básicas dos aspectos técnicos, políticos e, principalmente, jurídicos da problemática, de seu contexto e das relações que estabelece com diversas outras dimensões. Cada capítulo apresenta embasamento científico, exibindo fontes atualizadas e diversificada e farta bibliografia – alguns trazem referências comentadas –, o que a torna um marco contemporâneo, inicial é verdade, dessa discussão sobre a vigilância social que, sob certos aspectos, ultrapassa as clássicas distopias.

Algumas debilidades, no entanto, são evidenciadas, fruto da perspectiva liberal-burguesa que permeia a obra,

transitando por conceitos repletos de conteúdo ideologizado (privacidade, Direito, propriedade...) de forma que não é exagerado afirmar que os aspectos legais da problemática são a “alma” que habita a obra. A quase totalidade dos enfoques e análises tem como foco o indivíduo, embora visto na esfera social, não apresentando possibilidades de superação dessa condição fora desta esfera, o que a faz apontar para a acomodação às circunstâncias. Fruto disso, seu alcance não ultrapassa a indicação de instrumentais técnicos e jurídicos de proteção individual contra os riscos dessa exacerbada vigilância social, o que implica reivindicar a proteção de dados como direito inalienável.

Nesse obscuro contexto, a obra aponta também oportunidades, como o uso das tecnologias de reconhecimento facial no controle social dos atingidos pela Covid; a socialização do conhecimento na produção das vacinas contra o coronavírus (Ciência Aberta) não só no campo da medicina, entre outros exemplos.

Para finalizar, infere-se que “Sociedade vigiada” se trata de uma obra que analisa o contexto do campo informacional atual e revisa discussões contemporâneas, fornecendo um instrumental particularmente rico como referência para novas pesquisas nesse campo; que a obra aborda um tema não novo, mas presente e candente, além de preocupante, desde as publicações das distopias huxleyorwellianas: o total controle social por parte do Estado e de instituições. Tal vigilância social, perceptível apenas em raros – e criminalizados – momentos, como os

³ Acerca ver: “Vazamento de dados de “220 milhões de brasileiros” não aconteceu da noite para o dia”. Exame. 26/01/2021. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/vazamento-de->

[dados-de-220-milhoes-de-brasileiros-nao-aconteceu-da-noite-para-o-dia/](https://exame.com/tecnologia/vazamento-de-dados-de-220-milhoes-de-brasileiros-nao-aconteceu-da-noite-para-o-dia/) e acessado em 24/02/2021.

protagonizados pelas revelações de Edward Snowden, Julian Assange, ou mesmo pelo *Intercept*, marcos de denúncia do controle daqueles que subvertem a lógica social dominante, deixa os sujeitos nas mãos dos governos de plantão e das forças repressiva do Estado. Nesse sentido, a obra ora resenhada trata-se do ponto de partida para se pensar o campo informacional hoje e seu contexto mais geral, claro evitando-se o desapontamento de sua exposição meramente conjuntural, como um fenômeno desvinculado da dinâmica estrutural e suas contradições,

contornando elementos como ideologia, alienação, lutas de classes, tão explicitamente presentes. Talvez fosse o caso de perguntar displicentemente: para que esta vigilância? Para quem se vigia? Quem se beneficia dela? E veremos que, por trás desse quadro de extrema vigilância e degeneração da tecnologia está o sistema capitalista, que subverte os potenciais de libertação nela contidos para aponta-la como arma contra a humanidade.

Recebido em 2021-05-04
Publicado em 2021-07-01